

• Acerto Externo

Senado quer garantias para as reservas

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

O presidente do BC lembrou que, nos termos da resolução, o País precisa resguardar um mínimo de US\$ 6,8 bilhões em reservas internacionais, pelo conceito de caixa, e fez as seguintes contas: "Nós fechamos 1990 com US\$ 8,7 bilhões em reservas, acumulando US\$ 1,5 bilhão no ano passado, e o nível já seria suficiente para pagar os US\$ 2 bilhões do acordo porque as reservas ainda ficariam acima do mínimo de US\$ 6,8 bilhões", disse ele, prevendo folga para pagar também os 30% dos juros em vencimento (calculado em US\$ 1,2 bilhão até dezembro) em função do comportamento que se pode esperar para o saldo da balança comercial neste ano.

"Os primeiros três meses apontam para um saldo comercial de mais de US\$ 13 bilhões e, portanto, não teríamos problemas porque as reservas ficariam acima do que é exigido pelo Senado", complementou o presidente do BC.

Pelo debate de ontem não foi possível sentir a tendência da comissão de economia do Senado que estará pela primeira vez nesta legislatura se pronunciando sobre matéria tão relevante. O próprio senador Fernando Henrique Cardoso, relator da Resolução 82, disse ontem durante o debate que tinha dúvidas com relação a um ponto fundamental: "Se o Senado aprovar o acordo, o Brasil estará pagando US\$ 900 milhões aos bancos (primeira parcela, que deve ser desembolsada dez dias depois de formalizada a 'term-sheet' — protocolo), este é o custo para continuarmos na mesa de negociação e precisamos avaliar se vale ou não este custo para não termos de incorrer mais adiante em moratória, como fizemos no passado". Também o senador Ruy



Ibrahim Eris

Bacelar, vice-presidente da comissão de Economia, levantou dúvidas com relação ao prosseguimento das negociações. Ele disse ter a impressão de que o Brasil cedeu muito na negociação dos atrasados, lembrando que esse acordo "é apenas o filho do elefante e, ainda assim, estaremos pagando aos bancos credores no ano 2000 US\$ 3 bilhões só do acordo dos atrasados, sem contar com o acordo do estoque da dívida". Na verdade, se o acordo dos atrasados for aprovado pelo Senado e assinado com os bancos credores da maneira como foi negociado em princípio com o comitê da dívida externa, o País estará desembolsando no ano 2000 um total de US\$ 1,6 bilhão de amortizações do bônus dos atrasados (o percentual previsto para aquele ano é de 12,3%, por semestre, sobre o principal dos bônus cujo valor hoje é estimado em até US\$ 6,5 bilhões). Os juros vão depender do acordo, o Brasil estará pagando US\$ 900 milhões aos bancos (primeira parcela, que deve ser desembolsada dez dias depois de formalizada a 'term-sheet' — protocolo), este é o custo para continuarmos na mesa de negociação e precisamos avaliar se vale ou não este custo para não termos de incorrer mais adiante em moratória, como fizemos no passado".

POLÊMICA

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) levantou uma questão polêmica, ao indagar o negociador por

que o Brasil não cobra dos bancos credores privados o imposto de renda, na alíquota de 25% previsto na própria lei e que deve recair também sobre os rendimentos remetidos para pessoas jurídicas domiciliadas no exterior. Ele adiantou que os bancos além de não pagarem IR sobre os juros que recebiam do Brasil ainda tinham acesso a um documento de arrecadação, comprovando que o imposto foi pago (supostamente pelo devedor), o que lhes dava o direito de abater o pagamento do IR no país de origem, com base nos acordos de tributação. O embaixador Jório Dauster explicou que uma portaria do ministro da Fazenda, de março de 1988, tornou dispensado o recolhimento do IR por parte dos devedores do setor público e que, com isso, não mais foram fornecidos Darf (Documentos de Arrecadação Fiscal) aos bancos credores.

O ponto levantado pelo senador Suplicy, no entanto, antecede a portaria do Ministério da Fazenda, porque ele queria saber por que o Imposto de Renda não era cobrado do banco credor. O presidente do BC, então, tentou explicar que em matéria de tributação é sempre difícil atestar quem está efetivamente pagando o imposto, já que a tendência é ser repassado para o comprador final (no caso de uma empresa) ou do devedor (no caso de empréstimo). No que diz respeito aos acordos de renegociação da dívida externa, adiantou Eris, a praxe é estabelecer o nível dos juros de forma líquida, já livre de qualquer incidência de taxas ou impostos.

IMPOSTO DE RENDA

O senador Suplicy, no entanto, não pareceu satisfeito com a explicação e prometeu lutar no Senado Federal para ver consagrada a norma que obriga os bancos credores internacionais a efetuarem o recolhimento de 25% a título de Impos-

to de Renda sobre os juros que receberam do Brasil. Pela proposta do senador, o Banco Central ficará responsável pela retenção da alíquota correspondente aquele IR.

O embaixador Jório Dauster fez um histórico da negociação e deixou registrado que os entendimentos praticamente pararam, primeiro, em função da expectativa de que o preço do barril de petróleo iria a US\$ 60 e, depois, pelas notícias que indicavam a queda da equipe econômica.

O anúncio do pacote de medidas baixadas pelo governo no dia 31 de janeiro — criando o Fundo de Aplicação Financeira (FAF) e a TR (Taxa Referencial de

juros) — foi crucial para criar o ambiente para a retomada das negociações, lembrou Dauster.

Ele informou que ao estoque dos atrasados, estimado em torno de US\$ 8 bilhões, deve ser somado o adicional de US\$ 500 milhões referentes aos juros que correram em cima daqueles atrasados, embora o valor efetivamente registrado em depósito no Banco Central seja de US\$ 6,9 bilhões a US\$ 7 bilhões. "A defasagem de US\$ 1 bilhão pode representar inadimplência de entidades do setor público ou pagamentos de dívida já efetuados e não reportados ao Banco Central", adiantou o embaixador, frisando aos senadores

que o acordo acertado em princípio com os bancos prevê o pagamento neste ano de no máximo US\$ 2 bilhões, mesmo que no processo de conciliação de números venha a ser apurado algo superior aos US\$ 8 bilhões previstos inicialmente.

LIMITE

Na verdade, o limite de US\$ 2 bilhões já inclui também os juros que estarão recaindo sobre as parcelas que serão desembolsadas até o final de dezembro, no total de cerca de US\$ 1,1 bilhão. Esta informação de que incidirá juros sobre as parcelas a serem pagas neste ano do acordo dos atrasados deixou o senador Mário Covas (PSDB-SP) visivelmente surpreso e antes mesmo que o senador pudesse fazer qualquer comentário o embaixador apressou-se em explicar que o acordo estabeleceu um corte no tempo, na data de 31 de dezembro do ano passado.

"A partir de 1º de janeiro deste ano, começa a correr juros sobre qualquer pagamento", esclareceu o negociador, explicando que isso é uma condição natural já que equivale a cobertura de custos, pelo fato de os bancos incorrerem em prejuízo porque deixaram de ganhar com a aplicação daquele dinheiro no mercado financeiro ou em outra atividade.

Em resposta ao senador Waldir Campelo (PTB), que estava curioso em saber quais as perspectivas de ingresso de novos recursos do exterior a partir do acordo dos atrasados, o presidente do BC adiantou que já se nota, desde o dia 8 de abril (quando os termos em princípio foram fechados com o comitê de bancos), uma melhoria nas linhas de financiamento de curto prazo, com o comprometimento de alguns bancos em manter as linhas depois de 30 de abril, quando expira o prazo de renovação automática. "Os primeiros sinais são encorajadores", atestou Eris.